

Política Externa e Defesa na Primeira Metade do Século XX

Guilherme Mattos de Abreu*

Resumo

O foco do presente artigo é despertar o interesse dos pesquisadores em relação ao tema Diplomacia da Defesa aplicada à História do Brasil.

Constata-se que alguns autores apontam que a diplomacia brasileira prescindiu do braço armado como instrumento de política externa, em maior parte do século XX. Na verdade, no Brasil, é pouco percebida a abrangência de atuação do segmento Defesa como instrumento de poder de uma nação no exercício de sua política externa.

Especificamente na primeira metade do século XX, ocorreram situações em que os denominados "*Instrumentos Militares*" foram empregados em sua versão extrema: a guerra. Tais eventos encerram lições relevantes e merecem ser estudados sob a perspectiva da política externa, o que é proposto neste artigo.

Palavras-chave: Brasil - Defesa - Diplomacia - Forças Armadas.

Abstract

The focus of the present article is to foster the interest of researchers in the Defense Diplomacy in Brazilian recent history. Some writers have mentioned that the Brazilian diplomacy did not employ the armed forces as a tool in its foreign policies during most of the twentieth century. In fact, the scope of the work of the Defense as an instrument of power for a nation in the exercise of its foreign policies is little perceived in Brazil.

Specifically in the case of the first half of the 20th century there were certain occasions in which the so called "*Military Instruments*" were deployed in their extreme version, *i.e.*, the war. Such events contain very important lessons which, therefore, deserve being investigated under the aforementioned perspective of the foreign policies, and this is the purpose of the present article.

Keywords: Armed Forces - Brazil - Defense - Diplomacy.

* Contra-Almirante - Escola Naval, Chefe do Departamento de Ensino

..... la historia, ... , depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente, advertencia de lo por venir.

Miguel de Cervantes

A História sempre foi, em todos os tempos, a maior fonte de ensinamentos de que dispõe a Humanidade.

Vice-Almirante João do Prado Maia (1961)

Alguns escritos apontam que a diplomacia brasileira prescindiu do braço armado como instrumento de política externa, em maior parte do século XX. Esse posicionamento minimiza a importância de eventos que encerram lições significativas, ainda que possam ser avaliados como em pequeno número, comparativamente a outras nações, considerando a estatura de nosso país. O fato de o Brasil sempre ter primado pela busca de soluções pacíficas para as controvérsias não é justificava para se olvidar experiências passadas e, ao confinar o foco ao emprego clássico do Poder Militar, ignorar o vulto do que a Diplomacia da Defesa realiza no presente; bem como dificultar o aproveitamento de todo o seu potencial, por imaginá-la pouco relevante.

Em nosso país, é relativamente pouco percebida a abrangência de atuação do segmento Defesa como instrumento de poder de uma nação no exercício de sua política externa. O segmento está presente, até mesmo, em meio àqueles instrumentos classificados como não-militares, pois atua em apoio à diplomacia tradicional, conduz parcela significativa da diplomacia paralela e contribui para a viabilização de instrumentos econômicos.

A leitura frequente de publicações e artigos relacionados à política externa e à Defesa permitiu-nos também constatar que, em nosso país, é pouco comum o estudo desses dois temas integrados, consoante uma perspectiva histórica.

Entretanto, especificamente na primeira metade do século XX, ocorreram situações em que os denominados "*Instrumentos Militares*" foram empregados em sua versão extrema: a guerra.

Tais eventos encerram lições relevantes, e que, portanto, mereceriam ser estudados sob a perspectiva da política externa. Trata-se de assunto muito amplo para ser desenvolvido com abrangência no limitado espaço disponível nesta revista. Em verdade, despertar o interesse dos pesquisadores para essas ações, para as suas consequências e de como o Brasil portou-se caso a caso, transformou-se em nosso principal objetivo.

No período abrangido por este breve estudo, o uso das Forças Armadas (FA) como instrumento de política externa, embora significativo, não parece ter ocorrido de maneira planejada, articulada e com visão de longo prazo.

Oportunidades foram desperdiçadas. Não se levou na devida conta, inclusive, que estas se configuraram em função de esforços e sacrifícios desenvolvidos em etapa anterior.

Por oportuno, ainda que, em um posicionamento extremo, se possa considerar que *“a diplomacia brasileira não encara o Poder Militar como ferramenta essencial de projeção dos interesses nacionais”*; e que, *“ao longo do século XX, o Itamaraty jamais pode contar com um aparato militar que lhe permitisse maior latitude de atuação”*, como aponta João Paulo Soares Alsina Jr ¹ (ALSINA JR, 2008, p. 68), torna-se importante salientar que, no ambiente complexo em que são conduzidas as decisões de governo, múltiplos atores, de formação e bagagem de conhecimentos diferentes, como políticos e militares, foram relevantes nos processos decisórios que levaram ao emprego das Forças Armadas no exterior na época em análise.

Nos tempos do Barão

A revolta dos “dreadnoughts”, em 1910, foi, para Rio Branco, um abalo tremendo. Sonhara ele um Brasil forte e capaz de, pela sua união e tranqüila robustez, dominar os destinos desta parte sul do Continente. Circunvagando os olhos pela baía ameaçada e pela capital prestes a padecer os horrores do fratricídio, o grande brasileiro teria talvez compreendido quão longe nos achávamos do seu ideal ...

Carlos de Laet ²

O Brasil era um país relativamente pobre ao ingressar no século XX. Possuía, aproximadamente, as mesmas dimensões continentais de hoje, sendo que as fronteiras não estavam perfeitamente delineadas em muitas regiões (o Acre foi a única aquisição territorial relevante desde então). A população, cerca de 17,5 milhões de habitantes, era constituída por 65,3 % de analfabetos, entre os maiores de quinze anos. Desde a proclamação da República, em 1889, vivia em crises e revoluções sucessivas, inclusive com confrontos sangrentos, até mesmo na Capital.

No campo externo, dava continuidade ao isolamento político e cultural em que viveu ao longo do século anterior. Os fatos da política interna e regional se sobrepunham a qualquer outro tema

¹ João Paulo Soares Alsina Jr é Diplomata.

² Carlos de Laet in *Rio Branco*, Revista Americana, abril de 1913, página 20, conforme reproduzido em LINS, 1996, p. 438.

internacional. Um bom exemplo é argumentação apresentada pelo nosso governo ao governo russo, justificando-se por recusar o convite para participar da Primeira Conferência de Paz de Haia (1899): “... o Brasil se recolhe para refazer suas forças, e procura afastar-se o mais possível de questões que lhe não afetem diretamente,”³

As nossas atenções estavam voltadas para a América do Sul, onde existiam temas relevantes como a crise acreana – um dos mais sérios problemas diplomáticos enfrentados pelo Brasil em sua história; buscando aproximação e boa vizinhança com as demais repúblicas.

No final do século XIX, as relações com Argentina pareciam evoluir positivamente. Um marco importante deste relacionamento seria a primeira troca de visitas entre os Presidentes dos dois países (1899 e 1900). Uma situação efêmera – mais um episódio dos avanços e recuos que caracterizam as relações entre os dois países ao longo da história.⁴

Ao norte, os Estados Unidos, sob a liderança de Roosevelt, nasciam como potência mundial, moldando o que os norte-americanos denominariam de “*American Century*”.

É neste cenário que José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, assume a pasta das Relações Exteriores, em 1902. Em sua gestão, para apoiar a política externa, Rio Branco procurou obter o respaldo do Poder Militar, que então era insuficiente e que, portanto, necessitava ser ajustado para um nível que conferisse credibilidade. No longo período em que exerceu o cargo de Ministro, reestruturou-se o Exército e modernizou-se a Marinha, por sinal, então muito deteriorada, em função dos conflitos internos que ocorreram no início da República. Nessa época, em boa parte por influência de Rio Branco, o tema Defesa virou motivo de discussão nacional, sendo debatido na mídia e no Congresso. O Barão defendia a tese de que era necessário ser forte para ser pacífico.⁵

³ Trecho da resposta oficial do governo brasileiro ao convite russo para participar da 1ª Conferência de Haia, conforme publicado em CARDIM, 2007, p. 61.

⁴ Ainda que os dois países sejam vocacionados à parceria, esta é a realidade histórica. A maré positiva iria refluir alguns anos depois, no governo de José Figueroa Alcorta (1906-1910), particularmente em função de seu Chanceler, Estanislau Severo Zeballos, que, mesmo antes de ser ministro, protagonizava uma agressiva postura antibrasileira.

⁵ *Mas não se pode ser pacífico sem ser forte, como não se pode, senão em intenção, ser valente sem ser bravo.* Discurso de agradecimento do Barão do Rio Branco, por ocasião de homenagem no Clube Militar, sem data indicada (ANTUNES, 1942. p.102.)

Em sua gestão, Rio Branco teve algumas frustrações com relação ao Poder Militar. O Exército, basicamente por falta de estrutura logística, mostrou-se lento para atender a solicitação do Chanceler para que deslocasse tropas para a fronteira com o Peru, enquanto se processavam as negociações com aquele país (o Peru, antecipando-se, ocupava extensas áreas litigiosas no Alto Purus e no Alto Juruá (1904)). Ocorrência que mereceria do Barão um desanimado registro, em 27 de maio de 1904:

Estamos a perder tempo e a dar tempo ao Peru para que se reforce e fortifique em Iquitos, no Juruá e no Purus. Qualquer das republiquetas da América Central poria de 6 a 8.000 homens prontos para operar em poucos dias. Fui ter com o Presidente para lhe manifestar a minha contrariedade diante de tantos adiamentos, quando desde tanto tempo, no interesse da paz, eu peço e insto que nos mostremos fortes e prontos⁶

A Revolta dos Marinheiros de 1910, ao demonstrar que a modernização do material não fora acompanhada da evolução da capacitação organizacional, tecnológica e das tripulações, exporia as fragilidades de uma Esquadra aparentemente poderosa, mas que consistia “*uma exteriorização de poder em bases frágeis*”, como apontou o Almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, Ministro da Marinha à época. Esquadra que tinha sido modernizada para respaldar a política externa e que tivera como um de seus incentivadores o próprio Chanceler.

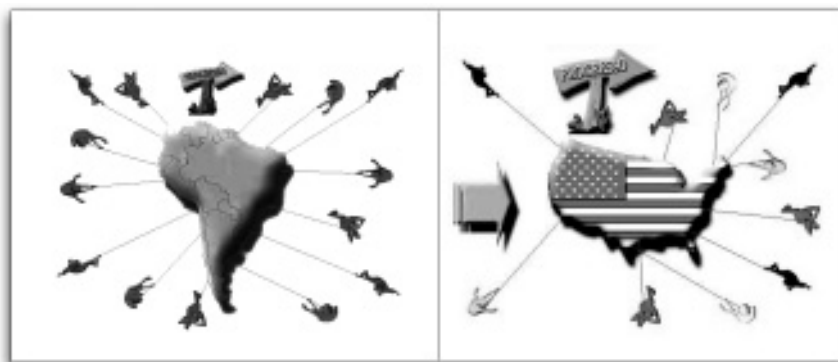
Estes parágrafos destacam como o preparo e o emprego das Forças Armadas demandam tempo de maturação e recursos de natureza diversificada, bem como são dependentes dos demais segmentos do Poder Nacional.

O Século Americano⁸

Eu juro fidelidade à bandeira dos Estados Unidos da América e à República que ela representa: uma Nação sob Deus, indivisível, com liberdade e justiça para todos.

Juramento à bandeira proferido rotineiramente pelos alunos das escolas de nível elementar nos EUA.

⁶ A avaliação de Luiz Viana Filho é que o Barão, devido à sua ansiedade, teria descrito a situação pior do que realmente era, visto que as Chancelarias se entenderiam algum tempo depois (VIANA FILHO, p. 392 e 393).



Se fosse possível a um viajante deslocar-se no tempo e visitar os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, em função de seus referenciais, espantar-se-ia ao encontrar desemprego acentuado, trabalho infantil, pobreza e um número expressivo de famílias vivendo em habitações precárias ou em cortiços, em locais que hoje são imagens de cartão postal.

Como então os Estados Unidos transformar-se-iam na maior potência do mundial, ao longo do século, o qual, orgulhosamente, os norte-americanos denominam de “*O Século Americano*”? É fato que existiam condicionantes geopolíticas e conjunturais favoráveis (localização geográfica, dimensão territorial, população, abundância de recursos naturais, o advento da era do petróleo, ...). Independente de qualquer crítica negativa que possa ser apresentada, existem peculiaridades que indicam que esse desenvolvimento foi um processo de construção, tornado possível em função de algumas características positivas da idiossincrasia daquele povo, as quais contrastam, em maior ou menor grau, com o que se observa na América do Sul.

O povo norte-americano destaca-se por cultivar os valores nacionais, pela valorização dos construtores da nação e por aqueles que se sacrificaram pelo país, bem como pelas frequentes manifestações de patriotismo – características geradoras de coesão, a qual facilita o enfrentamento de situações complexas e relevantes. A sociedade estimula o trabalho, a competição e o desenvolvimento de talentos, os quais, mais tarde, irão despontar nos vários ramos da atividade humana. Chama a atenção o pragmatismo de se capitalizar os ganhos obtidos nas etapas anteriores, ao se iniciar uma nova fase (mesmo quando, por divergência de proceder, os métodos sejam reformulados), e, principalmente, o exercício do aprendizado continuado a partir das experiências vividas, sejam intencionais ou

⁷ Ilustrações de autoria do Capitão-de-Corveta (T-RM2) Rogério Domingos dos Santos.

imprevistas. Especificamente em relação ao nosso tema, foram selecionados dois exemplos:

*A Grande Esquadra Branca*⁸ – Uma das mais impressionantes demonstrações de força realizadas na história foi a viagem de circunavegação empreendida por dezesseis encouraçados norte-americanos e navios menores por ordem do Presidente Theodore Roosevelt, entre 16 de dezembro de 1907 a 22 de fevereiro de 1909. Essa Esquadra passaria à história com o nome de a “*Grande Esquadra Branca*”.

Roosevelt tinha consciência da importância de uma Marinha forte como instrumento de prestígio e de poder na seara internacional. Impressionara-se com o drama da Esquadra russa derrotada pelos japoneses na Batalha de Tsushima⁹ (1905). Via o Japão como uma ameaça potencial.

Para Roosevelt, o deslocamento em massa da Esquadra era pura diplomacia, um treinamento inigualável, um espetáculo de poder e, principalmente, uma oportunidade para que as limitações logísticas, as falhas e os erros surgissem em tempo de paz. De fato, as mais diversas limitações e deficiências apareceriam ou seriam ressaltadas (e solucionadas, posteriormente): desde a sistemática de promoções, que fazia com que os oficiais chegassem aos mais altos postos muito velhos e sem resistência física, à inadequabilidade dos uniformes em climas quentes; da conveniência em se modificar a pintura dos navios (passariam à cor cinza), à necessidade de bases de apoio no exterior e de navios abastecedores em qualidade e quantidade adequadas (a fim de reduzir a dependência de navios mercantes estrangeiros contratados); entre outras.

O Exército dos EUA na I Guerra Mundial

O Exército Norte-Americano em campanha na Europa muito se ressentiu do apoio deficiente que recebeu do sistema de mobilização industrial dos EUA. O Alto Comando e alguns elementos da Força Expedicionária norte-americana chegaram a Paris no início de junho de 1917, em pleno verão, mas atrasos no recrutamento e no treinamento e dificuldades de transporte fizeram com que a Força só estivesse em condições de combate na primavera (hemisfério norte)

⁸ ABREU, Diplomacia Naval (Caderno de Estudos Estratégicos nº 6, Escola Superior de Guerra) 2007, p. 163.

⁹ A batalha de Tsushima ocorreu entre 27 e 28 maio de 1905. Foi a última e decisiva batalha naval da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Nesta batalha, a esquadra japonesa, sob o comando do Almirante Heihachiro Togo, destruiu dois terços da esquadra russa, comandada pelo Almirante Zinov Rozhestvenky. Para enfrentar os japoneses, os russos realizaram uma épica e longa viagem de 18.000 milhas náuticas (33.000 km), do Mar Báltico ao Extremo Oriente.

do ano seguinte. Despreparados, os militares dos EUA passaram a utilizar material britânico e francês para suprir as suas deficiências.

Após a guerra, tal desempenho provocaria uma série de questionamentos no âmbito do Congresso e do Departamento da Guerra, os quais tinham como foco a necessidade de se criar sistemas logísticos adequados e de formar líderes militares capazes de responder apropriadamente a qualquer contingência no futuro.

O Colégio Industrial do Exército (*Army Industrial College*) foi criado em função desses questionamentos (1924). Mais tarde, com a extinção dos Departamentos da Marinha e da Guerra e a criação do Departamento de Defesa, o Colégio passaria a denominar-se *Colégio Industrial das Forças Armadas* (*Industrial College of the Armed Forces – ICAF*) (1946). Posteriormente, seria integrado à Universidade Nacional de Defesa (*National Defense University – Washington D. C.*) (1976). Em seu corpo discente, o ICAF possui militares e civis, inclusive alunos oriundos do setor privado.

A I Guerra Mundial (I GM)

Em presença da insurreição armada contra o direito positivo, a neutralidade não pode ser a abstenção, não pode ser a indiferença, não pode ser insensibilidade, não pode ser o silêncio.

Ruy Barbosa (1916)¹⁰

Consinta o glorioso precursor de nossa política externa na conflagração européia que lhe envie felicitações muito amigas pela assinatura da paz. (...) Parece exato o que acabo de ler numa revista do norte, que o Brasil tem três grandes datas externas: a Independência, a Abolição e a sua internacionalização que é sua entrada na guerra da Europa.

Nilo Peçanha, em carta a Ruy Barbosa (29 de junho de 1919)¹⁰

O nosso país foi o único país latino-americano a declarar guerra às Potências Centrais, por ocasião da Primeira Guerra Mundial.

O Brasil declarou-se neutro em 4 de agosto de 1914, mas fricções com a

¹⁰ Conferência na Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires (14/07/ 1916). O debate ideológico entre anglófilos e germanófilos foi intenso, no Brasil, no período de 1914 a 1918. Rui Barbosa participou ativamente dessa discussão, criticava duramente a política alemã e defendia a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados. (CARDIM, 2007, p. 241).

¹¹ CARDIM, 2007, p. 52.

Alemanha tornar-se-iam inevitáveis. O país possuía a maior frota mercante (377 navios) da América Latina, sendo respeitável para os padrões internacionais de então. Com a carência de embarcações no exterior, navios brasileiros estenderam as suas rotas para portos antes dominados pelos britânicos e tornaram-se alvos de submarinos alemães, a despeito de nossa neutralidade.

Em 5 de abril de 1917, o Navio Mercante (NM) *Paraná* foi torpedeado e afundado nas costas da França, ocorrendo três óbitos. Em 20 de maio, dois outros navios foram afundados em águas européias. Em 1º de junho, o Brasil revoga a sua neutralidade.

Em decorrência desses ataques, o povo foi às ruas, clamando por uma reação mais forte do Governo. A causa era apoiada ou insuflada por políticos de oposição, como Rui Barbosa, que, em discurso declarara que o mero abandono da neutralidade não seria suficiente e que nada além da entrada na guerra satisfaria a nação. Por fim, o afundamento do NM Macau, ao largo da Espanha, em 18 de outubro, levou o nosso país a reconhecer e proclamar “*o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil*” (26 de outubro de 1917). Outros três NM brasileiros ainda seriam atacados antes de findar o ano.

O plano brasileiro, inicialmente, limitava-se à proteção do tráfego mercante contra submarinos e unidades de superfície alemães, em águas costeiras. Em águas internacionais e no exterior era dependente da proteção aliada. A Alemanha pouco poderia ameaçar o nosso país, ainda que tenham ocorrido combates navais no Atlântico Sul.

Mas, respondendo às pressões internas, o governo brasileiro, por ocasião da Conferência Interaliada que se reunira em Paris (20 de novembro a 3 de dezembro de 1917), colocou três contribuições à disposição das potências aliadas: uma Divisão Naval, uma missão médica e um grupo de aviadores navais. Em 21 de dezembro, o governo britânico solicitou ao Brasil o envio de cruzadores e contratorpedeiros para a zona de guerra, sob o controle operacional e apoio logístico do Almirantado britânico, recebendo resposta positiva em 31 de dezembro.¹²

Com esforço acentuado, a Marinha preparou uma força naval, denominada “*Divisão Naval em Operações de Guerra*” – DNOG (formalmente criada em 30 de janeiro de 1918), constituída por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros, um tândem (navio de apoio logístico) e um rebocador de

¹² A proposta brasileira seria materializada com alguns ajustes. A Divisão Naval foi constituída; a missão médica, composta por civis e militares, se estabeleceria na França; o grupo de aviadores, acrescido de um oficial do Exército, foi incorporado à Real Força Área Britânica; além disso, alguns oficiais da Marinha e do Exército foram destacados na Marinha Real Britânica e no Exército Francês.

alto mar. Embora relativamente novos, a verdadeira revolução que ocorrera na construção naval militar desde que foram encomendados tornara esses cruzadores e contratorpedeiros obsoletos em curto espaço de tempo. A quase totalidade desses navios apresentava algum problema técnico relevante, decorrente da precariedade das instalações de manutenção no Brasil. Além disso, o combustível utilizado era o carvão importado.

Somente em 31 de julho, a DNOG partiu de Fernando de Noronha (ponto de reunião) para a África, onde enfrentaria um inimigo traiçoeiro – a gripe espanhola – que, no seu ápice, incapacitaria a quase totalidade das tripulações. Em Dakar, foram 150 óbitos; 250 enfermos foram enviados de volta ao Brasil, onde muitos morreram. Algumas poucas missões foram cumpridas. A Guerra chegava a seu final. Em 11 de novembro de 1918 assinou-se o armistício.

A atuação brasileira na I GM foi militarmente inexpressiva. Isto não significa ignorar os esforços custosos e admiráveis realizados, considerando as limitações de um país agrário como era o Brasil à época. Tais deficiências fizeram com que a prontificação de uma força naval nas dimensões da DNOG tardasse cerca de seis meses. Isso requeria poucas semanas em qualquer das grandes potências! Apesar disso tudo, a Divisão materializou-se e foi útil naquele cenário.

A DNOG, com suas dificuldades e limitações, representou um alerta para necessidade de que as Forças Armadas estejam sempre prontas e adestradas. Alerta que cairia no esquecimento, considerando as condições em que ingressamos na Segunda Guerra Mundial.

Apesar de modesta, a contribuição teve significado político: Em consequência da participação militar, o país ganhou o direito de se fazer representar na Conferência de Paz de Versalhes e, mais tarde, a ocupar papel de relevo na Liga ou Sociedade das Nações, fazendo parte de seu Conselho, o qual é o antecedente jurídico do Conselho de Segurança da ONU.

No período entre Guerras

E hoje, quando a humanidade estua de paixões, de interesses feridos, de transformações sociais intensas; em que o espectro da guerra ergue-se, tremendo, por cima dos cinco continentes; o Brasil, espapado na calma de um colosso confiante, vê-se enfraquecer dia a dia, e dia a dia recua na escala das nações fortes. E o Brasil precisa reagir!

¹³ Vice-Almirante (Ref) Hélio Leôncio Martins. Publicado originalmente no editorial da revista *A Galera*, dos Aspirantes da Escola Naval, em dezembro de 1934.

O então Aspirante Hélio Leôncio Martins (1934) ¹³

A situação atual do material flutuante e dos serviços auxiliares não satisfaz aos respectivos objetivos. Velhos navios de quase trinta anos de vida, não mais suportando as reparações que a cada instante se fazem necessárias; ausência completa de meios para a fabricação dos elementos bélicos, obrigando à dependência da indústria estrangeira, onde nem sempre é possível obtê-los, principalmente nos períodos agitados da política européia;

Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem,
Ministro da Marinha (1940) ¹⁴

No campo interno, o período entre Guerras é conflituoso e de profundas transformações: Revolta da Escola Militar do Realengo e do Forte de Copacabana (1922); Revolução de 1923 (Rio Grande do Sul); Revoluções em São Paulo (1924 e Constitucionalista de 1932); Coluna Prestes (1925 a 1927); Revolução de 1930, que culminou com a deposição do Presidente da República, Washington Luís, impedimento da posse do presidente eleito, Júlio Prestes, e pôs fim à República Velha; Intentona Comunista (1935); golpe de estado de 1937 (instituiu o Estado Novo); Levante Integralista (1938); movimento anarquista; etc. As consequências internas da crise de 1929 (a Grande Depressão) acrescentaram novos complicadores ao período. Com tal gama de problemas internos, a atenção à política externa seria afetada e perderia prioridade.

Ainda assim, o pós-guerra registra um movimento das Forças Armadas na busca do aperfeiçoamento e atualização, com a instalação da Missão Militar Francesa, em 1920; e da Missão Naval Americana, em 1922. Entretanto, os resultados materiais seriam insatisfatórios, considerando o estado em que as FA permaneceram ao longo do período, como assinala o jovem Aspirante Leôncio, em 1934, e afirma, em relação à Marinha, o seu Ministro, em relatório encaminhado ao Presidente da República, em 12 de maio de 1940.

Especificamente com relação à política externa, uma ocorrência chama a atenção: a saída do Brasil da Liga das Nações, em 1926.

Com a ativação da Liga das Nações (1919), o Brasil - incluído no rol de "*países com interesses limitados*" - foi indicado como Membro Temporário de seu Conselho (que é o antecedente jurídico do Conselho de Segurança da ONU, como já mencionado), sendo sucessivamente reconduzido. Ao longo da presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922), o Brasil, satisfeito com o status

¹⁴ Relatório do Ministro da Marinha ao Presidente da República, referente ao triênio de 1937 a 1939, datado de 12 de maio de 1940. Disponível no Arquivo da Marinha.

alcançado, teria uma presença ativa na Liga. A ausência dos EUA conferiu maior peso relativo ao nosso país, moldando uma conjuntura favorável que, por algum tempo, seria bem aproveitada, pois o Brasil esforçou-se por ter bom desempenho e manter a posição no Conselho.

No Governo Artur Bernardes (1922-1926), as diretrizes para a política externa passaram a carecer de consenso. Pode-se dizer que era provinciana, formulada de dentro para fora, visualizando os fatos internacionais segundo uma perspectiva unilateral ou nacional (GARCIA, 2005, p. 73). Nesse contexto, o Governo, irrealisticamente, passou a ambicionar mais do que podia - o status de membro permanente para o Brasil -, baseado, entre outras coisas, no fato de tratar-se do representante das Américas (sem se concertar adequadamente com os “representados”, correndo o risco de não obter apoio, como de fato aconteceu). Em suma: um objetivo que carecia de realismo.^{15,16}

O Conselho da Liga adotava a regra de unanimidade para as decisões, o que conferia o poder de veto a todos os membros. Portanto, qualquer país, fosse membro transitório ou permanente do Conselho, tinha condições de bloquear o sistema.

Em 1926, o Brasil se retiraria da Liga, por não ter obtido status de membro permanente. O fez ruidosamente, antes vetando o ingresso da Alemanha, a qual teria status de grande potência - ou seja, seria membro permanente¹⁷. Em 12 de junho de 1928, oficializou a sua saída definitiva. Em sua nota, o governo brasileiro argumentou que não era apenas ocupando uma cadeira na Assembléia ou no Conselho que um país poderia colaborar com a Liga; dispôs-se a participar, quando convidado, das conferências internacionais e trabalhos promovidos por ela, que julgasse de seu interesse; e informou que continuaria a colaborar com a organização, quando convidado e assim julgasse conveniente. Argumentos que mereceriam um ácido comentário da revista norte-americana *Time*:

¹⁵ Segundo José Honório Rodrigues (1913-1987; foi docente do Instituto Rio Branco), não havia unidade de ação na condução da política externa brasileira à época. Aponta que o Governo Bernardes, envolvido em uma série de problemas internos, buscaria encontrar uma válvula de escape na política externa. (RODRIGUES, SEITENFUS, 1955. p. 288 e 299).

¹⁶ Nessa fase, em sua busca por status, o Brasil seria o primeiro país a instalar uma missão permanente em Genebra, a qual, segundo Rodrigues, possuiria “meios funcionais e materiais com os quais as grandes potências da época não poderiam contar.” (ibidem, p. 291).

¹⁷ Em decorrência dos Tratados de Locarno, negociados entre as potências européias, a Alemanha seria admitida na Liga das Nações com status de grande potência. A admissão da Alemanha na Liga era uma condição *sine qua non* para a vigência dos acordos (ibidem, p.309). Entretanto, o fato do veto ter sido manifestado por país não-europeu e não participe dos acordos permitiu que os mesmos fossem consolidados, a despeito do adiamento do ingresso da Alemanha à Liga (ibidem, p.345).

Claramente, a afirmativa brasileira é um puro caso de “as uvas estão verdes”. Mas a sua conclusão veicula uma doutrina perniciosa. Ela sugere que os Estados da Liga podem evitar responsabilidades indesejadas desligando-se dela, e esperar continuar obtendo muitas das vantagens dos membros da Liga, mediante “colaboração”, à maneira dos Estados Unidos.¹⁸

Nesse episódio temos um caso de descompasso entre os fins perseguidos pela diplomacia e os meios nacionais disponíveis. Ao mesmo tempo, o não-aproveitamento de um êxito por parte de nosso país.

Rodrigues aponta que essa crise inspiraria os redatores da Carta de São Francisco, que criaria a ONU, pois, o direito de veto não seria generalizado e comporia unicamente o poder dos membros permanentes do Conselho de Segurança. (RODRIGUES; SEITENFUS, 1955. p. 345).

Nesse período, observa-se um contraste entre as posturas do Brasil e da Argentina. A rivalidade regional se estendera ao cenário europeu, obviamente, tendo a Liga como um dos cenários (GARCIA, 2005, p.133.). Mas, ainda assim, o país vizinho, em uma primeira fase, mostrou-se relativamente pouco ativo no cenário internacional. Com a deposição do Presidente Juan Hipólito Iriguyen e o início do governo General José Félix Uriburu (setembro de 1930), a Argentina rompeu com este padrão. O novo Presidente, rapidamente, recoloca o país no cenário internacional e oferece os serviços da Nação para solucionar os conflitos entre seus vizinhos (PETERSON, 1964, p. 367 - 393), a ponto de seu Chanceler, Saavedra Lamas, ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz (1936). Os argentinos manteriam um navio de guerra (Cruzador “25 de Mayo”, depois substituído pelo Torpedeiro “Tucumán”) na Espanha, com o propósito de proteger cidadãos argentinos residentes naquele país, então em guerra civil. No período em que lá estiveram (1936/1937), esses navios trasladaram cerca de 1500 refugiados espanhóis e de outras nacionalidades (inclusive brasileiros) para a França, Itália e Portugal. Dr Robert Scheina chama a atenção quanto a este episódio único: navios de guerra de uma nação latino-americana sendo enviados para a Europa para exercer influência, na ordem inversa do que ocorria há séculos (SCHEINA, 1987, p. 144).

A II Guerra Mundial (II GM) (1939-1945)

“O brasileiro é um bom soldado. Lamento ouvir que querem voltar para casa e não ir para a Áustria.”

¹⁸ A expressão “as uvas estão verdes” alude à fábula “A Raposa e as Uvas”, atribuída a Esopo, reescrita por Jean de La Fontaine (*The League Of Nations: Brazil Out*, Time Magazine, 21/05/1928).

Marechal-de-Campo Sir Harold Alexander,
Exército Britânico, Comandante Supremo das Forças
Aliadas no Mediterrâneo (1945) ¹⁹

É sobejamente conhecido que os ataques dos submarinos do Eixo, particularmente os alemães, levaram o Brasil a ingressar na Segunda Guerra Mundial. O país praticamente parou ao se restringir o tráfego marítimo, pois importava a quase totalidade do que era necessário para a vida moderna. Além disso, éramos, na prática, um arquipélago, pois não possuíamos vias terrestres adequadas e de qualidade.

O primeiro navio atacado foi o *Taubaté*, no Mediterrâneo, metralhado por um navio de guerra alemão, em 22 de março de 1941, quando faleceu um tripulante. De fevereiro a julho de 1942, treze navios seriam afundados. Finalmente, entre 15 e 19 de agosto, um único submarino alemão – U-507 – afundaria, na costa da Bahia e Sergipe, cinco navios mercantes, matando 607 pessoas, entre passageiros e tripulantes.

Foi a atuação do U-507 que levou o Brasil à Guerra. Em 22 de agosto, o governo brasileiro reconheceu o estado de beligerância com a Alemanha e Itália, que passou para Estado de Guerra, em 31 de agosto de 1942.

Quando a II GM irrompeu na Europa, o Brasil buscava evoluir de uma sociedade basicamente agrária para os estágios iniciais de industrialização. As ameaças tradicionais representadas por seus vizinhos haviam desvanecido com a fixação das fronteiras terrestres. Entre 1935 e 1940, o Brasil oscilava entre os interesses norteamericanos e germânicos. Por volta de 1940, a balança passou a pender para o lado norteamericano, por motivos tanto pragmáticos quanto idealistas.

O recurso brasileiro mais valioso no conflito era a sua posição estratégica, próxima ao saliente africano, permitindo que os aviões de então, de reduzido alcance, pudessem chegar à África voando. Além disso, todos os navios em trânsito entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul tinham que passar por esse gargalo, o que o transformava em campo de caça para os submarinos do Eixo. Para os Aliados, também configurava a única região em que podiam, com praticidade, confrontar as eventuais unidades de superfície e os navios mercantes inimigos procedendo de e para o Atlântico Sul, Índico e Pacífico. Outro bem precioso era a marinha mercante brasileira, a quarta maior do mundo, à época. Para o esforço de guerra aliado, também era relevante manter o suprimento de matérias primas provenientes do Brasil.

¹⁹ "The Brazilian is a fine soldier. I'm sorry to hear they want to go home and not go to Austria." (CUNHA, 2003. p.105.)

As FA brasileiras estavam desatualizadas. Os indicadores do Brasil também eram muito precários. Em 1940, éramos pouco mais de 41 milhões de habitantes, dos quais 69% residiam na zona rural; 56% dos indivíduos com mais de quinze anos eram analfabetos.

A Marinha encontrava-se em situação material muito deficiente, devido ao abandono a que fora relegada pelos governos.

O Exército era relativamente fraco, a despeito do programa de modernização que iniciara, mas que seguia com dificuldade, por falta de recursos. A modernização, acordada com a Alemanha, estava sendo efetivada à base de troca por produtos agrícolas e matérias primas – negociação que se tornara, obviamente, difícil de concretizar com a Guerra.

O inventário da Força Aérea, recentemente criada, era despadronizado, composto por um grande número de marcas e modelos distintos, herdados da Marinha e do Exército.

Foi com enorme esforço e com auxílio norteamericano que as Forças Armadas se atualizaram e se reequiparam.



No início da Guerra, a possibilidade de que forças do Eixo atacassem o Nordeste Brasileiro esteve entre as preocupações das autoridades brasileiras, como sinaliza o Memorando do General Cordeiro de Farias. O bilhete, oriundo do Comando da 2ª Zona Aérea, dá conta de que o tráfego marítimo fora interrompido no saliente nordestino por conta da presença de submarino, pouco mais de dois meses após a carnificina promovida pelo U-507. (documentos existentes no Arquivo da Marinha)

O processo decisório que levou o Brasil a lutar na Itália

As preocupações iniciais do Brasil com relação à II GM limitavam-se à proteção do próprio território e ao tráfego mercante, o que motivaria o remanejamento de unidades e meios militares das três Forças.

Logo surgiriam propostas norteamericanas para que tropas brasileiras guarnecessem as ilhas dos Açores e de Cabo Verde (com o propósito de liberar tropas portuguesas para a metrópole no Continente; ao que se opôs o *Foreign Office* britânico) e atuassem na África. No fim de 1942, chegaram a ser cogitadas ações independentes contra a Guiana Francesa, Guiana Holandesa (Suriname) e África Ocidental Francesa (Senegal), que não prosperaram, particularmente por carência de meios (SCHEINA, 2003. p. 166).

Mas, em dezembro de 1942, o Presidente Vargas assinalou que as tropas brasileiras poderiam lutar ativamente na guerra e não apenas atuar meramente como um contingente simbólico. No encontro de Vargas com Roosevelt em Natal (28 de janeiro de 1943), ocorreram entendimentos para que o Brasil tivesse efetiva participação em combate. Roosevelt concordou em ajudar a reequipar e treinar as tropas brasileiras para lutar no exterior.

Scheina aponta que, considerando a experiência na Primeira Guerra, os brasileiros entendiam que apenas a participação em combate traria para a nação, no pós-guerra, a influência no cenário internacional que buscavam obter (SCHEINA, 2003. p. 166).

Os registros do Marechal Dutra, então Ministro da Guerra, em relatório ao Presidente Vargas, no qual narrava viagem que fizera aos EUA, corroboram esta linha de pensamento: "*Houve ainda quem, pessoa de alta representação, afirmasse que o Brasil iria buscar no próprio teatro da luta o seu prestigioso lugar na Conferência de Paz e, conseqüentemente, no convívio definitivo das potências, no pós-guerra.*"²⁰

Assim, o Exército Brasileiro passou a planejar o envio para o exterior de uma força expedicionária composta por quatro divisões (totalizando um efetivo de 100.000 homens), sendo que apenas uma divisão seria realmente organizada e combateria na Itália. Sua prontificação foi demorada. O 1º escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB) partiu para a Itália somente em 2 de julho de 1944.²¹

²⁰ Relatório do Ministro da Guerra, Marechal Dutra, de 12 de outubro de 1942 (LEITE, NOVELLI JUNIOR, 1983, p. 613).

²¹ Em 1944, a situação dos Aliados evoluíra e não havia mais uma demanda premente por reforços inexperientes em combate. O Alto Comando do Exército Norte-Americano não se mostrava favorável ao envio de forças latino-americanas ao front, argumentando que o esforço para equipá-las, treiná-las e transportá-las não compensaria os ganhos políticos esperados. (ALVES, 2007, p. 77).

A despeito das dificuldades iniciais, cessada a guerra, o Brasil encontrava-se prestigiado. Alguns registros da época indicam que a nossa participação era motivo de reconhecimento entre os Aliados, enquanto se desenrolava o conflito. Mas a situação já assumia os novos contornos do que seria a Guerra Fria, mesmo antes de a II GM encerrar-se. O Brasil não seria brindado com o reconhecimento que esperava no pós-guerra.

No entanto, é importante frisar que o Governo brasileiro não acolheu a proposta de que nossas tropas permanecessem na Europa, integrando as forças de ocupação²², o que possibilitaria à FEB continuar mostrando a nossa bandeira no exterior.

Trata-se de uma contradição: menos de um ano após a partida da FEB, em decorrência de uma decisão que tem entre os seus fundamentos a busca por maior inserção internacional, o Brasil recusou-se a continuar na Europa como parte das forças de ocupação – vale dizer, da estrutura organizacional que serviria de base para a reconstrução da Europa.

Em suas memórias, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha (que registrou a declaração do Marechal Alexander que abre este tópico) lamentou a recusa, citando que nós, brasileiros, abdicamos das vantagens conquistadas e não sabemos aproveitar as coisas que fazemos bem feitas. (CUNHA, 2003, p. 106.)

Em síntese, fez-se o difícil e rejeitou-se o mais simples, que era colher os resultados da vitória, mostrando a nossa bandeira. E o Brasil ficaria esperando por um reconhecimento que não viria!

É oportuno registrar que a política norteamericana para América Latina desarranjara-se no governo Truman (Democrata), que se confrontava com um Congresso de maioria republicana, conforme aponta Scheina (2003, p. 171.). Adicionalmente, o Presidente Truman não tinha conhecimento pleno dos compromissos entabulados por Roosevelt em seu longo governo. O fato é que muito das informações se perderam. Franklin Roosevelt as levava para o túmulo!²³

A frustração do Brasil ver-se-ia demonstrada em suas atitudes, quando o país foi instado a participar no conflito que encerra esta narrativa: a Guerra da Coréia.

O último ato: A não-participação na Guerra da Coréia

A Guerra Fria trouxe alterações significativas nos alinhamentos da política externa americana, uma vez que antigos aliados tornaram-se adversários e

²² *O Exército na História do Brasil - República* (volume 3), 1998, p. 162.

²³ O Presidente Roosevelt faleceu em decorrência de uma hemorragia cerebral, em 12 de abril de 1945.

inimigos recentes viraram parceiros. ... De uma forma menos dramática, mas com resultados igualmente negativos, Washington também “perdeu” o Brasil, Ao fazê-lo, praticamente assegurou o declínio, em longo prazo, de sua influência na América Latina.

Stanley E. Hilton ²⁴

Lutamos a guerra passada e fomos inteiramente esquecidos e recusados na partilha dos despojos.

Getúlio Vargas para Lourival Fontes, Chefe da Casa Civil (1951) ²⁵

Chegamos ao fim deste meio século!

No imediato pós-guerra, gerou-se no Brasil um otimismo considerável em relação à possibilidade de se obter status internacional sem o necessário Poder Militar, aponta Stanley Hilton. Também se acreditava na iminência de um influxo de capitais norte-americanos para impulsionar o desenvolvimento do país. Essas expectativas não seriam atenuadas com a decepção surgida nas negociações finais da Carta da ONU, quando a aspiração brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança viu-se frustrada.

O Embaixador Mário Gibson Barbosa, em suas memórias, registrou o desconhecimento vigente quanto ao realismo que imperava (e impera) na política externa norte-americana, exemplificando com um trecho de uma mensagem do Presidente Richard Nixon ao Congresso dos EUA, que espelha a postura típica: *“Não estamos envolvidos no mundo porque temos compromissos. Temos compromissos porque estamos envolvidos. Nossos interesses devem dar forma aos nossos compromissos e não o contrário.”* (BARBOSA, 1992. p. 202).

Mais adiante, o Embaixador argumenta:

Quantas vezes me entristeci, como jovem secretário de nossa Embaixada em Washington, no imediato pós-guerra, em 1946, 1947, 1948, 1949, ao ver chegarem àquela capital sucessivas missões de negociadores brasileiros romanticamente despreparados, que tudo o que traziam como argumento para negociarem um empréstimo era a alegação, em uma página de papel, do esforço de guerra realizado pelo Brasil e do sacrifício das vidas de jovens nos campos de batalha da Itália. E enfrentavam-se com experientes tecnocratas que, friamente, como é de praxe em negociações

²⁴ HILTON, 1981, p. 599.

²⁵ GARCIA, *O Brasil na Liga das Nações (1919-1926)*, 2005, p. 190.

internacionais, exigiam números, estatísticas, PIBs, etc. (BARBOSA, 1992. p. 203).²⁶

É nesse contexto que, em maio de 1949, o Presidente Dutra viajaria aos EUA, realizando a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro a aquele país²⁷, com poucos resultados.

No ano seguinte, em junho, a Coréia do Norte invade a Coréia do Sul. O Conselho de Segurança da ONU condena a agressão e conclama os seus membros a assistirem à Coréia do Sul. Os EUA, imediatamente, enviam forças para aquele país, a fim de repelir os invasores. Em 14 de julho, o Secretario Geral da ONU alerta o governo brasileiro de que necessitava urgentemente de tropas.

Os norteamericanos obtêm alguns sucessos iniciais, mas logo se vêem em dificuldade com a escalada do conflito. A administração Truman passa a esforçar-se em obter a participação de outros países, inclusive na América Latina. O Brasil tornar-se-ia visado nessa busca.²⁸

O Presidente Dutra, em seus últimos meses de governo, compreensivelmente, recusou-se a ir além do apoio diplomático, argumentando que não poderia comprometer o próximo presidente com decisão tão importante (ALVES, 2007. p. 139). Na ONU, em setembro, o representante brasileiro, ao abrir a V Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, proferiu um discurso de tomada de posição²⁹ (CORRÊA, 2007, p. 69).

No governo seguinte, o Presidente Getúlio Vargas, ante a situação, imaginou poder negociar a cooperação com o governo norte-americano. Como condição, o governo apresentou uma extensa lista de reivindicações de auxílio militar e econômico, sendo que *“tal ajuda deveria ser fornecida antes de o governo*

²⁶ Há que se considerar, ainda, que existiam diferentes concepções quanto à forma como deveriam chegar os recursos pleiteados. Washington tinha convicção de que o desenvolvimento seria mais bem obtido mediante capital privado e reivindicava legislação mais liberal, de modo a atrair os investidores estrangeiros (HILTON, 1981, p. 603)

²⁷ A viagem de D. Pedro II (1876) teve caráter privado. (GARCIA. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. 2005, p. 167.)

²⁸ Na América Latina, somente a Colômbia enviaria Forças à Coréia.

²⁹ Extrato do Discurso do Embaixador Cyro de Freitas-Valle (19/09/1950): *“Os eventos na Coréia do Sul, suscitados pela agressão lançada pelo norte, motivou (sic) ação imediata e efetiva por parte do Conselho de Segurança. No entanto, esses eventos também demonstram - e parece não haver mais nenhuma dúvida a esse respeito - que é necessário equipar melhor a nossa Organização, tendo sempre em vista o estabelecimento de uma força internacional e a criação de um sistema para a mobilização imediata de todos os recursos comuns. Os estados-membros não deixaram de demonstrar solidariedade com as Nações Unidas. Porém, quase todo o fardo da luta caiu sobre uma Nação, cuja ação em defesa da democracia exige o respeito dos homens livre. Alguns se somam nesse esforço. Muitos outros ainda não foram capazes de transformar as suas boas intenções em verdadeira ajuda material.”*

brasileiro decidir se iria ou não enviar tropas e a magnitude dos pedidos punha em cheque a própria sinceridade brasileira em cooperar” (ALVES, 2007, p. 143).

Com o tempo, ficou bem claro que o Brasil não enviaria tropas para a Península Coreana.

Vale destacar que, ao contrário do que ocorrera na II GM, o contexto institucional era diferente – Vargas era um presidente eleito e não um ditador - e a decisão de se enviar tropas para o exterior teria que ser precedida de ampla discussão. Segundo os registros de Alves (2007, p. 179), ao longo do processo decisório, o Itamaraty era favorável ao envio de tropas; o Alto Comando do Exército estava dividido e Presidente era contra. O assunto não chegou a ser levado ao Congresso Nacional, mas aquele autor aponta que haveria dificuldades para a aprovação no Legislativo, caso a decisão de Getúlio fosse por acatar o pedido. Conjeturou, também, quanto ao peso da opinião pública que seria mobilizada pela mídia, majoritariamente de oposição. Assinala que esses aspectos devem ter pesado na decisão do Presidente.

De qualquer modo, independentemente dos objetivos do Presidente, a literatura parece sinalizar que ocorreram falhas de avaliação: O custo de cooptação de um país da dimensão do Brasil, nos moldes propostos, seria muito elevado, em comparação com outras opções que estariam disponíveis para os EUA no cenário internacional; os norte-americanos tinham concepção diversa dos brasileiros quanto à forma como os recursos pleiteados deveriam ser disponibilizados; e passavam por uma situação muito difícil e complicada em termos financeiros, em função dos elevados investimentos em Defesa e em outras áreas, pois, na época, alguns segmentos imaginavam que se estava às vésperas da III Guerra Mundial.

Síntese

Há uma ampla gama de ensinamentos a ser colhida ao longo desse meio século. A gestão do Barão do Rio Branco destaca o esforço em moldar um Poder Militar com uma capacidade de dissuasão compatível com as necessidades da política externa; bem como os acontecimentos do período demonstram que este Poder é dependente dos demais segmentos do Poder Nacional. Aspectos que nos levam a apontar que é necessário manter as FA no nível de aprestamento apropriado, não só para a defesa da pátria, mas também para aquilo que se deseja empreender; e que o tema envolve a Nação como um todo.

Tanto na I GM quanto na II GM, observaram-se atrasos no processo decisório - decisões difíceis de implementar na realidade brasileira, quando existia baixa prontidão operacional das Forças Armadas, particularmente

para o tipo de missão pretendida. Entretanto, a despeito das dificuldades, as FA cumpriram as missões que lhes foram atribuídas.

Nas duas guerras, ocorreram problemas significativos de ordem material e de pessoal. A amostragem indicou que não é prudente acreditar que a repercussão das manifestações públicas será traduzida em disponibilização de recursos tempestivos e na quantidade adequada. A propósito desse assunto, o Marechal Dutra, referindo-se à I GM, declarou que a “... *nossa participação se limitou a uma contribuição platônica de manifestos, passeatas e declarações ferventes de votos, exclusiva a contribuição real de uma divisão naval e de alguns poucos e espontâneos voluntários*” (LEITE, 1983, p. 361). Por ocasião da mobilização na II GM, o Marechal registrou que somente se apresentavam os humildes e os desempregados, mas que os jovens atuantes nos comícios não se voluntariavam para a luta.³⁰

De ordinário, a literatura ressalta mudanças internas como consequência da II GM. Poucas obras destacam que tais conflitos, bem como as convulsões sociais deste meio século, tiveram reflexos acentuados na psique do militar brasileiro, em um processo cumulativo de longa maturação, com intensidade variável em cada Força Singular no contexto temporal, cujas consequências manifestaram-se de diversas maneiras.

Percebeu-se a necessidade de aperfeiçoar o material humano, o que redundou em melhorias na formação de oficiais e praças. De modo geral, adquiriu-se uma mentalidade estratégica. Foi percebida a necessidade de o país ser submetido a reformas estruturais, de modo a desenvolver o seu potencial. Identificou-se, claramente, que a segurança da Nação era função do todo e não apenas do Poder Militar; que o Brasil possuía os requisitos básicos indispensáveis para se tornar uma grande potência; e que o seu desenvolvimento vinha sendo retardado por motivos susceptíveis de remoção. Não é coincidência que a Escola Superior de Guerra, que sempre esteve focada em estudar o Brasil e na integração entre militares e civis, tenha sido criada em 1949.

Especificamente no caso da I GM e II GM, verifica-se que os conhecimentos profissionais militares estavam acentuadamente defasados em relação ao estado da arte. Esta constatação fez com que se investisse em capacitação logística e no desenvolvimento em *Ciência & Tecnologia*, para se diminuir a dependência das FA. É possível associar os nomes dos jovens

³⁰ Correspondência ao Presidente, datada de 4 de agosto de 1942: “O General Silva Júnior, Comandante da 1ª RM, mostrou-me uma relação dos voluntários reservistas que desejavam alistar-se no Exército. Lamentável! Apenas se apresentaram os humildes desempregados e alguns de idade que já ultrapassou a do serviço militar; estudantes e outras pessoas que tanto pregavam a guerra nas ruas e os comícios, nenhum apareceu.” (LEITE, NOVELLI JUNIOR, 1983, p. 179.)

oficiais que viveram os momentos críticos desse meio século, aos nomes dos líderes que, mais tarde, impulsionariam os programas de reaparelhamento e o desenvolvimento da indústria voltada às necessidades militares (com reflexos na indústria nacional como um todo), o qual, infelizmente, não manteve o ímpeto.

Outras ocorrências relevantes do período podem ser vinculadas aos seguintes aspectos:

- Condução provinciana da política externa, visualizando os fatos internacionais segundo uma perspectiva unilateral ou nacional, o que conduz a uma percepção incorreta em relação aos demais países e do cenário internacional; bem como acarreta a dificuldade em conhecer as capacidades, limitações e vulnerabilidades do nosso país por ocasião das diversas interações.
- Dificuldade em compreender como o país é percebido no cenário internacional. Trata-se, de certo modo, de corolário do registro anterior. É necessário conhecer o próprio país, mas também compreender que é mandatário saber vê-lo a partir do ponto de vista dos estrangeiros.
- Em política externa não existem vazios. O espaço deixado por um país será rapidamente ocupado por outro.
- As participações, no exterior, nas duas Guerras Mundiais foram decisões legítimas de um país agredido. Tiveram resultados positivos. No entanto, não houve aproveitamento do êxito obtido. Situação em que se enquadram a renúncia à Liga das Nações e o regresso apressado da FEB.

Conclusão

O Brasil não tem a mínima vocação para ser uma potência regional..... Liderar custa dinheiro, algumas vezes, a força é necessária Não está interessado nisto. Não quer isso. Não é capaz. Não tem garra.

Carlos Alberto Montaner (2009)

Quando nossos estadistas se convencerem de que no conceito exterior do Brasil, na sua boa nomeada entre as nações, está o mais seguro critério dos seus interesses, a influência dessa preocupação terá sobre o nosso desenvolvimento efeitos incomparáveis. Bem menores ainda somos do que nos presume o patriotismo fátuo; mas somos maiores do que nos figura o patriotismo cético, pessimista ou negligente.

Rui Barbosa (1907) ³¹

³¹ Discurso proferido em Paris, em 31 de outubro de 1907, por ocasião de homenagem dos brasileiros ali residentes, após a Conferência de Haia (CARDIM, 2007, p. 310).

Para se tomar decisões temos que ter coragem. Tem que se ter, exatamente, a perspectiva do futuro e não as restrições do passado.... O Brasil precisa fazer um grande acerto de contas com o seu futuro. A humildade é uma característica individual, não é uma característica de uma nação.

Ministro Nelson Jobim (2009) ³²

Do início do século XX até hoje o Brasil muito evoluiu. A população mais que decuplicou e é mais educada, ainda que em níveis insuficientes. O país está entre as dez maiores economias do mundo e, ao longo do século, foi um dos que mais cresceu, mesmo se dando ao luxo de desperdiçar algumas décadas. Assume uma nova estatura geopolítica, considerando os recursos que dispõe, em um mundo ávido por água, energia, alimentos e espaço. Aspectos que encerram uma ampla gama de oportunidades, mas também vulnerabilidades, que não podem ser desprezadas. Trata-se de uma situação diferente da que vivenciou até o século passado, por estar distante do eixo dos grandes acontecimentos. O avançar do tempo suprimiu distâncias e tornou este afastamento desprezível.

Por oportuno, vale lembrar, que há um efeito contraditório no desenvolvimento tecnológico: a sociedade, à medida que evolui, torna-se mais sensível a ataques, mesmo que oriundos de oponentes pouco poderosos, os quais possuem um amplo leque de opções. O que acentua as nossas vulnerabilidades.

A história e o acompanhamento do que ocorre no dia-a-dia indicam que a probabilidade de que ocorram atrições entre Estados, a demandar uso de força ou ameaça de uso de força, continuará a existir. Isto é particularmente relevante em nossa época, em que o país vem realizando uma ofensiva em vários ambientes, com o propósito de aumentar a sua inserção no cenário internacional. A mudança de situação estratégica e tal postura aumentarão a possibilidade de que ocorram eventos em que seja necessário empregar as Forças Armadas em proveito da política externa ou para atender interesses brasileiros no exterior.

Ao longo desta trajetória de um século, da qual pinçamos parcela, as perdas de oportunidade parecem dar razão à perspectiva negativa de que o cubano Montaner tornou-se porta-voz recente. Entretanto, preferimos mirar Rui Barbosa, quando aponta a relevância de se ter bom conceito no exterior (que necessita ser construído); e sinaliza que temos que conhecer as

³² Discurso proferido por ocasião do 60º aniversário da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 2009.

capacidades, limitações e vulnerabilidades de nosso país. Já o Ministro Jobim, em seu discurso, assinala que “*é fundamental assumir as oportunidades de mudanças e de crescimento*” e aparenta, positivamente, querer reeditar os conceitos de Rio Branco.

O fato é que o tema Defesa, em tempo de paz, entrou na agenda nacional, passando a ser debatido na mídia, no Congresso e em diversos círculos, o que não acontecia desde a primeira década do século XX.

Mas, para que este interesse se traduza em sucesso, será necessário desenvolver, no Brasil, uma cultura compatível com uma potência de porte médio, consciente de seus deveres e responsabilidades; com capacidade de pensar estrategicamente e em longo prazo e de compreender as questões concernentes à Segurança e à Defesa.

Para isto, será necessário não apenas a conscientização da população, investimentos, o aumento de efetivo e a redistribuição das Forças Armadas. Também será preciso disseminação de conhecimento, muito estudo, testes, avaliações, treinamento e persistência, de modo que se possa fundamentar apropriadamente as decisões a serem implementadas. Nestes aspectos, o exemplo norteamericano merece ser reproduzido.

Cabe registrar que o que se despende em Forças Armadas é função das ameaças existentes e do valor daquilo que se tem a proteger e o que se quer empreender. E que este investimento pode ser feito com ganhos colaterais em diversos campos, se realizado em bases apropriadas, maximizando os efeitos positivos de sua existência e atuação, em benefício de nosso povo e, portanto, contribuindo para a construção de um possível e viável “*Século Brasileiro*”.

O nosso Brasil merece!

Referências

ABREU, Guilherme. Defesa e Diplomacia: uma visão geral. In: SEMINÁRIO AS FORÇAS ARMADAS NA DEFESA DA AMAZÔNIA, 2007, Rio de Janeiro: FUNAG, 2007. Texto de apoio ao seminário.

ABREU, Guilherme. Diplomacia Naval. **Caderno de Estudo Estratégicos**, Rio de Janeiro, n. 6, 2007. Edição Especial.

ALSINA JR. João. Dez Mitos sobre Defesa Nacional no Brasil. **Revista Interesse Nacional**, São Paulo, ano 1, out./ dez. 2008.

ALVES, Vagner. **Da Itália à Coréia**: decisões sobre ir ou não ir à guerra. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ANTUNES, P. **História do grande chanceler**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942. (Ministério da Guerra).

BARBOSA, Mário Gibson. **Na diplomacia o traço de todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do Ministro da Marinha (1935-1945) ao Presidente da República, referente ao triênio de 1937 a 1939. 12 de maio de 1940.

CARDIM, Carlos Henrique. **A raiz das coisas- Rui Barbosa: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CORRÊA, Luiz Felipe (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007.

CUNHA, Vasco. **Diplomacia em alto-mar**: depoimento ao CPDOC. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: FUNAG, 2003.

FLORES, Mario Cesar. Parâmetros internacionais e problemas internos. **Revista Interesse Nacional**, São Paulo, ano 1, 1. trim. 2008.

GARCIA, Eugênio. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: FUNAG. 2005.

GARCIA, Eugênio. **O Brasil na Liga das Nações (1919-1926)**: vencer ou não perder. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

HILTON, Stanley. The United States, Brazil and Cold War, 1945-60: end of the special relationship. **The Journal of American History**, Indiana, v. 68, n. 3, dez. 1981.

JOBIM, Nelson. [Discurso proferido por ocasião do 60º aniversário da Escola Superior de Guerra]. Rio de Janeiro, ago. 2009. 1 CD.

LEITE, Mauro Renault. NOVELLI JUNIOR, Luiz Gonzaga. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LINS, Álvaro. **Rio Branco- o Barão do Rio Branco**: biografia pessoal e história política. 3. ed. São Paulo: Ômega; Brasília: FUNAG, 1996.

MARTINS, Hélio. Ultima Ratio. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 129 n. 04/06, p. 218, abr./jun. 2009.

MONTANER, Carlos Alberto. **Brazil can't be leader in region**, 2009. Disponível em: < <http://www.miamiherald.com/opinion/other-views/story/1234006.html>>. Acesso em 16 de out. de 2009.

O EXÉRCITO na história do Brasil: República. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. v. 3.

PETERSON, Harold. Argentina and the United States, 1810-1960, 1964. Disponível: <<http://books.google.com.br/books?>>. Acesso em 29 de outubro de 2009.

RODRIGUES, José Honório, SEITENFUS, Ricardo. **Uma história diplomática do Brasil: 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.

SCHEINA, Robert. **Latin America- a naval history: 1810-1987**. [s.l.]: Naval Institute Press, 1987.

SCHEINA, Robert L. **Latin America's wars**. Virgínia, EUA: Brassey' Inc. Dulles, 2003. v.2.

THE LEAGUE of nations: Brazil out. **Time Magazine**, 1928. Acesso em: 27 out. 2009. Disponível em: <<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,731754,00.html>>.

VIANA FILHO, Luiz. **A vida do Barão do Rio Branco** 2.ed. Fragmento de arquivo pessoal.